



X Seminário UFPE de Ciências Contábeis

Contabilidade Governamental e o Calendário Eleitoral: Uma Análise Em Painel Dos Municípios De Pernambuco No Período De 2008 a 2014

Anderson do Nascimento Oliveira
Mestrando em Ciências Contábeis – UFPE

Clariovaldo Enias Tavares da Silva
Mestrando em Ciências Contábeis – UFPE

João Gabriel Nascimento de Araújo
Doutorando em Ciências Contábeis – UFPE

Rodrigo Vicente dos Prazeres
Doutorando em Ciências Contábeis - UFPE

Resumo

Este estudo teve por objetivo investigar que relações podem surgir a partir da execução orçamentária e o comportamento cíclico-eleitoral da gestão dos prefeitos dos municípios pernambucanos entre os anos de 2008 a 2014. Foram levantadas as seguintes hipóteses a serem respondidas: Existe uma relação entre as despesas orçamentárias (H1) e receitas orçamentárias (H2) dos municípios pernambucanos com os fatores de ordem política, levando em consideração a vigência do calendário das eleições municipais; e (H3): Existe relação entre as variáveis orçamentárias com a possibilidade de recondução através da reeleição. A pesquisa serviu-se de testes estatísticos, através do software estatístico Eview (versão 8), como regressão linear múltipla para a análise dos dados. A amostra foi composta de 160 municípios pernambucanos, utilizando-se dados em painel com o objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre as diversas variáveis orçamentárias municipais selecionadas. Dos resultados, confirmou-se para a hipótese H1 que as despesas orçamentárias apresentaram variadas relações com os fatores de ordem política e eleitoral. Para a hipótese H2, identificou-se que as receitas apresentaram relação estatisticamente significativa apenas com as despesas orçamentárias e outras transferências da União, não demonstrando nenhuma influência de ordem político-partidária ou com o calendário eleitoral. Para a hipótese H3, as receitas orçamentárias não sofreram influência na possibilidade de recondução do prefeito ao cargo, assim como alguns grupos de despesas. Com base nos resultados, conclui-se que os prefeitos pernambucanos sofreram influência dos aspectos político-partidários sobre a decisão de alocar as despesas públicas municipais. Essa influência ficou ainda mais evidente quando da possibilidade de reeleição do gestor. Para as receitas, embora os fatores políticos e eleitorais não foram evidentes sobre o seu comportamento, houve participação efetiva da variável Outras Transferências da União, indicando possível atuação do Governo Federal nas relações com as prefeituras e a participação determinante na composição das receitas municipais.

Palavras-chave: Teoria dos Ciclos Políticos; Ciclo Político-Orçamentário; Contabilidade Governamental.



1. INTRODUÇÃO

A transparência e o controle na gestão dos recursos do setor público brasileiro possuem alguns marcos importantes para as finanças públicas. Pode-se afirmar que o início desse processo foi com a publicação da Lei nº 4.320/1964, que estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, seguido pela promulgação da Constituição Federal da República de 1988 (CF/1988), que institui as diretrizes tributárias, financeiras, orçamentárias e das competências dos entes públicos.

As demandas sociais por transparência foram materializadas na legislação presente, passando a ter maior evidência já partir do ano de 1997, através da promulgação da Lei nº 9.496/1997, iniciando a partir daí uma sequência de regulamentações, na tentativa de permitir melhor controle das dívidas e dos gastos públicos. No entanto, o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 ou apenas LRF) veio dar maior rigor no controle da gestão fiscal e na responsabilização aos gestores públicos, tornando-se a principal ferramenta de regulação do direito financeiro, prevista no Capítulo II, Título VI da CF/1988. É a partir desse marco regulatório, fortalecido ainda por meio da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), em vigor a partir de maio de 2012, que a gestão pública vem modernizando esse processo de transparência à sociedade, em seus conceitos e ferramentas, buscando cada vez mais incentivar a participação popular no acompanhamento e controle tempestivos da gestão fiscal dos entes públicos.

Atrelada à essa visão de responsabilidade na gestão fiscal, apresenta-se a Teoria dos Ciclos Políticos na tentativa de explicar sua relação com as decisões econômicas e/ou políticas a serem tomadas pelos gestores públicos, de maneira a obter benefício pessoal ou partidário, como forma de manutenção no poder.

Oliveira e Carvalho (2009, p. 137) já comentavam sobre duas formas de abordagens dos Ciclos Políticos: a primeira é a tradicional, onde “os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam uma abordagem macroeconômica”, como taxa de inflação e desemprego, na forma de oportunismo dos gestores pela intenção à reeleição ou pela permanência no poder da ideologia partidária. Pode-se citar alguns trabalhos que trazem esse tipo de abordagem: Nordhaus (1975) e Preussler e Portugal (2003).

A segunda abordagem apresentada reflete que “o estudo dos Ciclos Políticos está relacionado com a análise do comportamento dos gastos públicos (à la Rogoff), porém com preocupação basicamente na análise fiscal” (Oliveira & Carvalho, 2009). São alguns exemplos de pesquisa sob este enfoque: Ferreira e Bugarin (2007) Sakurai e Gremaud (2007) e Klomp e Haan (2013). Este estudo tem como base esta segunda abordagem dentro da Teoria.

A proposta analisada para a pesquisa em tela tomou como base os seguintes trabalhos: Oliveira e Carvalho (2009), que analisaram um total de 40 municípios fluminenses, sugerindo que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral; também a investigação de Petterson–Lidbom (2001), que analisou 288 municípios suecos entre os anos de 1974 e 1988, que apontaram para o aumento das despesas e cortes nos impostos nos anos das eleições, fato mais observado na reeleição, do que na não-recondução do gestor; e em Sakurai e Gremaud (2007), que verificaram o comportamento fiscal de 572 municípios do Estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2001, encontrando evidências de impulsos positivos na despesa municipal nos anos eleitorais de 1992 e 1996.

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela necessidade de ampliação dos achados dos estudos nacionais anteriores, tomando-se como base a Teoria do Ciclo Político na dimensão da análise fiscal sob o aspecto político municipal (conforme exemplos acima). O que se espera é poder confrontar os resultados



com os dos estudos anteriores, visto que os municípios pernambucanos apresentam importância histórica significativa, por possuírem peculiaridades políticas, socioeconômicas e geográficas características da Região Nordeste brasileira.

Tendo em vista a exposição de motivos acima, este estudo tem como propósito responder ao seguinte questionamento: **que relações podem surgir a partir da execução orçamentária e o comportamento cíclico-eleitoral da gestão dos prefeitos dos municípios pernambucanos entre os anos de 2008 a 2014?**

2. REFERENCIAL TEÓRICO E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

As pesquisas sobre a Teoria do Ciclo Político passaram a ganhar maior intensidade a partir do trabalho seminal de Nordhaus (1975). O estudo foi realizado com base na curva de Phillips, que realiza um trade-off clássico nas ciências econômicas entre o nível de desemprego e a taxa de inflação, elaborando um modelo de escolha pública intertemporal onde as decisões dos gestores públicos são tomadas dentro de um contexto político de eleições periódicas.

Este estudo procurou acompanhar essa discussão sobre a responsabilidade na gestão, porém, no âmbito da abordagem fiscal – que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições – e o seu confronto com a Teoria dos Ciclos Políticos, com base teórica em algumas pesquisas nacionais identificadas, como as de Preussler e Portugal (2003), Nakaguma e Bender (2006), Salvato et al. (2007), Ferreira e Bugarin (2007), Sakurai e Gremaud (2007), Gonçalves e Fenolio (2007), Oliveira e Carvalho (2009), Vicente e Nascimento (2012) e de Vasconcelos, Ferreira Júnior e Nogueira Júnior (2013) e Queiroz et al. (2015). A nível internacional, algumas pesquisas também embasaram esta investigação, tais como as de Nordhaus (1975), Rogoff (1987), Schuknecht (2000), Pettersson–Lidbom (2001) e de Klomp e Haan (2013).

2.1. Execução Orçamentária e o Ciclo Político

O orçamento é uma ferramenta legal de planejamento, que contém as discriminações da previsão de receitas e da fixação de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício, objetivando a execução de seus programas geralmente compreendidos por um ano. Tratando-se de um documento com particularidade diversificada, a sua elaboração exige a observância de certos princípios tratados na Lei nº 4.320/64.

Sendo assim, é preciso que o gestor público, antes de fixar despesas ou prever as receitas a distribuir, soubesse quais as reais deficiências e as necessidades sociais, além de categorizar as ações necessárias visando à correção ou minimização dos problemas.

Além disso, em seu art. 15, a LRF considera “não autorizadas, irregulares ou lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação” que não atendam a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (arts. 16 e 17), que, ao acarretar aumento da despesa, o ente será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios subsequentes.

No sistema orçamentário brasileiro, as ações que integram o programa de governo delimitam quais as despesas podem ser executadas em cada parcela do orçamento, tal como consta na Lei 4.320/1964, e a execução dessas despesas deve ocorrer em três fases: o empenho, a liquidação e o pagamento. A estrutura de classificação das despesas orçamentárias encontra-se dividida em quatro grupos: a) categorias econômicas; b) natureza de despesa; c) modalidades de aplicação; e d) elementos de despesa.

Para Baleeiro (1988), essas despesas públicas são a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, visando a execução de determinada atividade a cargo do governo. Com essa perspectiva Sakurai e Gremaud (2007)



analisam que a permanência no poder de determinado governante está condicionada aos resultados advindos de suas próprias ações e, levando em consideração a existência dos eleitores e dos políticos, é razoável considerar que a divergência de interesses tanto entre grupos como intergrupos pode alterar o processo de decisão política e, por consequência, a alocação dos recursos públicos. É nesse ponto que a ideia do Ciclo Político é trazida como um fator de distorção alocativa ou ineficiência na aplicação da despesa pública.

O orçamento público acaba sendo nada mais do que um instrumento central de coordenação do sistema político, afetado por ordenamentos institucionais e interesses dos atores envolvidos (PEDERIVA, MARCELINO e RENNÓ, 2009). Na sua afirmação, Cossio (2001) argumenta ainda que a avaliação da performance dos governos estaduais está baseada principalmente no nível da despesa e não na manutenção do equilíbrio fiscal.

Dos estudos já realizados, pode-se destacar o trabalho de Rogoff (1987), onde o autor destaca a importância de investigar o poder público local. Segundo ele, os testes empíricos referentes a existência de Ciclos Políticos deveriam centrar-se nos instrumentos de políticas orçamentárias, tendo em vista ser mais fácil aos governantes manipularem o orçamento do que os agregados macroeconômicos.

No que concerne às despesas públicas, Rogoff (1987) ainda afirma que os governantes sinalizam a competência aumentando-as em bens e serviços e em transferências, e diminuindo o investimento público, uma vez que este último se torna visível apenas em períodos posteriores. O mesmo pensamento é compartilhado por Shi e Svensson (2006), que afirma que os governantes podem estar manipulando os instrumentos de política fiscal à sua disposição com o intuito de incrementar a oferta de bens e serviços públicos antes das eleições, esperando que os eleitores associem esse incremento à sua competência administrativa.

No entanto, para Schuknecht (1998) as despesas de investimento são bem vistas pelos eleitores. Já o estudo realizado por Vicente e Nascimento (2012) sugere que um aumento das despesas de investimentos em quase todos os anos do ciclo eleitoral exerce influência positiva na recondução do governante ou de seus aliados políticos, confrontando a ideia de Rogoff (1987, p. 1), onde ele afirma: *“This public and private consumption binge comes at the expense of government investment”*.

Segundo Bittencourt (2002), o Ciclo Político, chamado por ele como ciclo-eleitoral, via de regra, manifesta-se de maneira distinta nas despesas, dependendo do perfil dos gastos nelas envolvidas. Diante disso e considerando os instrumentos disponíveis para os governos municipais, é razoável supor que na existência de Ciclos Políticos, as despesas devem crescer mais nos anos eleitorais. Partindo-se desse pressuposto apresenta-se, portanto, a primeira hipótese a ser testada: **HI: Existe uma relação entre as despesas orçamentárias dos municípios pernambucanos com os fatores de ordem política, levando em consideração a vigência do calendário das eleições municipais.**

Por fatores de ordem política entende-se que são as relações partidárias envolvidas entre os gestores das três esferas de governo (União, Estados ou DF e Municípios) e suas relações com o calendário eleitoral brasileiro.

Outro ponto a ser abordado neste estudo diz respeito às receitas orçamentárias. Conforme o art. 3º da Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Dessa forma, segundo esse entendimento, a receita pelo enfoque orçamentário corresponde a todos os ingressos disponíveis para a cobertura das despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem o ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços.



Para sua execução, as receitas orçamentárias obedecem aos seguintes estágios: Previsão, Lançamento, Arrecadação e Recolhimento. A Lei nº 4.320/1964, no seu art. 11º, classifica essas receitas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital.

Bittencourt (2002) afirma que através das transferências de recursos os governantes podem expressar uma possível afinidade ideológica ou partidária existente, disponibilizando com isso mais recursos que permitem ampliar os gastos em níveis subnacionais de governo, ou seja, uma política fiscal mais expansiva. Nessa mesma vertente de pensamento, Mendes (2004) mostra que a probabilidade da reeleição de um prefeito será uma função direta da despesa de município e das transferências adicionais por ele obtidas. “Adicionais” neste sentido são aquelas além das transferências vinculadas a obrigações legais ou constitucionais, ou seja, as que geralmente tem ligação ao poder discricionário do gestor em transferir recursos para outro ente sem qualquer obrigação que o determine.

No estudo realizado por Nakaguma e Bender (2010), os resultados evidenciaram a presença de Ciclos Políticos bem definidos, tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias, caracterizados por fortes elevações durante os anos eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais. Os autores verificaram que, com exceção da despesa de capital, todas as demais variáveis se elevam significativamente durante o ano eleitoral. No período pós-eleitoral, foram observadas reduções significativas nas receitas e nas despesas de capital.

Em estudo realizado por Oliveira e Carvalho (2009), pôde-se observar que os prefeitos realizam superávits financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral. Diante disso e considerando os mecanismos de execução orçamentária disponíveis para os governos municipais, é razoável supor que na existência de Ciclos Políticos, as receitas devem crescer mais no ano anterior ao pleito eleitoral. Partindo-se desse pressuposto apresenta-se, portanto, a segunda hipótese a ser testada: **H2: Existe uma relação entre receitas orçamentárias dos municípios pernambucanos com fatores de ordem política, levando em consideração a vigência do calendário das eleições municipais.**

2.2. Reeleição e o Impacto sobre o Resultado Orçamentário

Para avaliar os efeitos da Teoria dos Ciclos Políticos sobre o comportamento na gestão fiscal, principalmente no que concerne à reeleição, precisou-se entender até agora que no contexto brasileiro alguns grupos de receitas e despesas conseguem demonstrar respostas satisfatórias para a problemática deste trabalho, como exemplo as outras transferências, despesas com pessoal e despesas com investimentos, além de outros a serem especificados adiante.

Este trabalho prende-se apenas ao aspecto técnico, com foco na contabilidade orçamentária, uma vez que ela “controla as receitas estimadas e realizadas e as despesas previstas e executadas, evidenciando a origem dos recursos e também sua forma de aplicação” (OLIVEIRA e CARVALHO, 2009, p. 123).

Os prefeitos têm o orçamento público como uma ferramenta fundamental, podendo esse instrumento ser alvo de políticas oportunistas ou ideológicas, como elencam Oliveira e Carvalho (2009, p. 127), destinadas ao mantimento do poder pelo próprio interesse (oportunista) do gestor ou pela manutenção da ideologia partidária.

Assim, sob a luz da Teoria dos Ciclos Políticos, essas discriminações podem nos esclarecer melhor sobre as influências partidárias e eleitorais nos recebimentos de transferências e os respectivos gastos com investimentos, como forma do gestor municipal (ou partido) utilizar do oportunismo para se perpetuar ou não no poder, como define a teoria.

Ferreira e Bugarin (2007) trazem a visão da teoria como a dos “Ciclos Político-Orçamentários”, representa um refinamento da teoria que aborda os ciclos político-econômicos, os eleitores não observam diretamente a competência administrativa dos políticos e, além disso, a existência de informação incompleta e assimétrica proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de



forma a aumentar a probabilidade de reeleição ou a de seus aliados políticos, e o orçamento público passa a ser uma peça fundamental nessas pretensões.

Pelos achados de Petterson–Lidbom (2001), que apontou para o aumento das despesas e cortes nos impostos nos anos das eleições, fato mais observado na reeleição, do que na não-recondução do gestor, e o de Vicente e Nascimento (2012), de que a elevação do Resultado Orçamentário (RO) e do Resultado Orçamentário Corrente (ROC) em anos eleitorais reduz a probabilidade de recondução.

Diante dos achados acima de Ferreira e Bugarin (2007) e Petterson-Lidbom (2001), pressupõe-se que o efeito esperado do Resultado Orçamentário (RO) em relação aos Ciclos Políticos é de que o governante diminua o RO em anos eleitorais devido ao aumento excessivo das despesas orçamentárias e pela possibilidade de recondução ao mandato eletivo. Pelo exposto, apresenta-se a terceira hipótese a ser testada: **H3**: *Existe relação entre as variáveis orçamentárias com a possibilidade de recondução através da reeleição.*

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi descritiva e adota uma abordagem quantitativa, servindo-se de testes estatísticos como regressão linear múltipla para a análise dos dados. O universo da pesquisa constitui-se dos dados secundários colhidos das Demonstrações Contábeis referentes aos anos de 2008 a 2014, dos 185 municípios que compõem o Estado de Pernambuco, conforme IBGE.

A amostra foi composta de 160 municípios do universo descrito acima, sendo os 25 municípios restantes excluídos por não apresentarem todas as informações necessárias para a análise durante todo período estudado. O modelo metodológico adotado é semelhante ao apresentado no trabalho Oliveira e Carvalho (2009), no que concerne às bases estatística e teórica aplicadas. Assim como mencionado no referido trabalho, foram utilizados dados em painel com o objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre as diversas variáveis orçamentárias municipais selecionadas. A apuração do resultado consistiu basicamente em três fases distintas:

Primeira fase houve a coleta dos dados secundários a partir da técnica de pesquisa documental, de modo que foram baixados arquivos contendo dados da execução orçamentária (valores de receitas realizadas e despesas empenhadas), através do sistema de informações contábeis e fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), por meio do acesso ao link “Finanças Públicas (FINBRA) – Contas do Anuais”, por meio do portal oficial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que reúne, em uma única fonte, informações anuais evidenciadas nas demonstrações contábeis e na execução orçamentária dos entes públicos.

Ao mesmo tempo, em relação aos dados eleitorais sobre os prefeitos dos 185 municípios (reeleição, recondução, partido ou coligação do candidato eleito, etc.), foi utilizado o banco de dados das eleições fornecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

Na segunda fase foram estimadas equações de regressão múltipla para estabelecer a relação entre as diversas variáveis dependentes, sendo neste caso: despesas orçamentárias (correntes, de pessoal e encargos sociais, e investimentos); e as receitas orçamentárias (receitas totais, tributárias e outras transferências). Supondo, a princípio, que estas variáveis (despesas/receitas) poderiam ser impactadas pelos fatores de ordem política e pelo calendário eleitoral, considerados nesses estudos como variáveis independentes.

A escolha das variáveis receitas/despesas baseia-se no trabalho feito por Sakurai e Gremaud (2007), onde esses autores afirmam que a variável “*despesa corrente*” seria uma medida de consumo do governo (cujo componente de maior peso financeiro são as despesas com pessoal). Há também, por outro lado, o grupo das despesas de capital com investimentos, relevante na administração pública municipal, que vale a pena ser selecionado.



No caso das receitas orçamentárias com transferências, preferiu-se então trabalhar com “Outras Transferências”, que configura maior liberdade do gestor da União ou do Governo do Estado em repassar recursos por interesses dentro da conveniência política.

Também foi utilizada a mesma lógica do estudo que Oliveira e Carvalho (2009) trouxeram ao incluir como variáveis dependentes as despesas por função, categorizadas agregadamente como: legislativa, agricultura, transporte, educação, cultura, habitação, urbanismo, saúde, saneamento, assistência social e previdência social.

A variável receita orçamentaria também foi utilizada como variável explicativa visto que os possíveis impulsos de despesas realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume de arrecadação, como explica (OLIVEIRA e CARVALHO, 2009).

Outras variáveis explicativas que foram adotadas para analisar os fatores de ordem política são as relações partidárias envolvidas (PT, PSB, PDT, PSDB, PFL_DEM, PARTID_ESQ, OUT_PARTIDOS, MESMO_DO_GOV, MESMO_PRESID e CANDIDATO_REELEIÇÃO2008) entre os gestores das três esferas de governo (União, Estados ou DF e Municípios) e suas relações com o calendário eleitoral brasileiro, que são as *dummies* de ano (2008 a 2014) e que representam os anos das eleições municipais (2008 e 2012) e os anos das eleições presidenciais e governamentais (2010 e 2014). Para analisar estatisticamente as variáveis acima, utilizou-se uma forma funcional, conforme segue:

Quadro 1 - forma funcional da equação de regressão múltipla

$$VD_{it} = \beta_0 + \beta_1.REC_ORCAMENTARIA_{it} + \beta_2.PT_{it} + \beta_3.PSDB_{it} + \beta_4.PFL_DEM_{it} + \beta_5.PDT_{it} + \beta_6.PSB_{it} + \beta_7.OUT_PARTIDOS_{it} + \beta_8.PARTID_ESQ_{it} + \beta_9.MESMO_DO_GOV_{it} + \beta_{10}.MESMO_DO_PRESID_{it} + \beta_{11}.CANDIDATO_REELEIÇÃO2008 + \text{dummies de ano} + F_i + U_{it}$$

Fonte: Adaptado do estudo Oliveira e Carvalho (2009).

Esta forma funcional proposta foi adaptada do trabalho de Oliveira e Carvalho (2009), cujas siglas serão traduzidas a seguir no Quadro 2, que por sua vez eles relatam que se assemelha às utilizadas em Petterson–Lidbom (2001), em Sakurai (2004) e em Sakurai e Gremaud (2007). Vale salienta que em todos estudos também foi utilizada a metodologia de dados em painel.

Quadro 2 – significado das siglas

VD	Representa cada variável dependente analisada, podendo ser as Despesas ou Receitas Orçamentárias;
REC_ORCAMENTARIA	É a receita orçamentária municipal, podendo ser substituída por DESP_ORÇAMENTARIA (para despesas orçamentárias como variável independente explicativa da VD – como Receitas Orçamentárias), quando for o caso;
<i>Dummies</i> dos partidos	Assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (p. ex., PT, PSDB, PFL_DEM) e 0 nos demais casos;
OUT_PARTIDOS	Representa o conjunto dos outros partidos da amostra, que foram agrupados nesta variável;
PARTID_ESQ	É uma variável <i>dummie</i> que assume valor igual a 1 caso o prefeito seja de um partido considerado “de esquerda” e 0 em caso contrário. No caso dos partidos PMDB e PSDB foram classificados por aquele autor como sendo de “direita” (na verdade, não-esquerda);
MESMO_DO_GOV e MESMO_DO_PRESID	São variáveis <i>dummy</i> que assumem valor igual a 1 caso haja coincidência partidária, respectivamente, entre o prefeito e o governador, e entre prefeito e presidente, e 0 em caso contrário.
CANDIDATO_REELEIÇÃO_2008	É outra <i>dummy</i> que assume valor de 1, para o caso do prefeito estar candidato à recondução ao cargo, ou 0, quando não.

Fonte: Adaptado do estudo Oliveira e Carvalho (2009).

A terceira e última fase é de análise dos dados empíricos. Consiste na realização de uma análise dos achados obtidos através do software estatístico Eview (versão 8). Foi utilizado o teste de hipóteses com a finalidade de evidenciar o comportamento das despesas orçamentárias (totais, por função e por natureza de despesa) e as receitas orçamentárias com relação aos calendários eleitorais e os fatores de ordem política



que explicam a Teoria dos Ciclos Políticos. Para esta relação foi adotado um nível de significância entre 5% a 10. Esses resultados gerados serviram de base para as conclusões deste estudo.

4. RESULTADOS

Para atender ao objetivo proposto, esta seção analisa as relações que podem surgir a partir da execução orçamentária e o comportamento cíclico-eleitoral da gestão dos prefeitos dos municípios pernambucanos entre os anos de 2008 a 2014, para testar as hipóteses deste estudo.

4.1. Relação entre Despesas Orçamentárias, Calendário Eleitoral e Fatores de Ordem Política – Hipótese H1

De acordo com os resultados da regressão das despesas orçamentárias totais, pode-se constatar que estas possuem relação significativa com a variável Receitas Orçamentárias, com probabilidade (prob.) 0,00. Pôde-se perceber que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os gestores gastam R\$ 0,94 em despesas orçamentárias totais, evidenciando um ligeiro equilíbrio orçamentário, ou seja, obedecendo ao princípio do equilíbrio orçamentário. Foi constatado ainda que as receitas orçamentárias influenciam diretamente proporcional no aumento das despesas.

Ao contrário do que se observou anteriormente, as Outras Transferências da União e o ano 2013 (*dummy*) influenciaram de forma negativa (ou inversamente proporcional) as despesas orçamentárias, com probs. 0,0225 e 0,1094, respectivamente. Verificou-se assim que existe uma relação inversa entre o aumento das despesas e as variáveis independentes especificadas, demonstrada sua significância nas probabilidades acima. Isso significa dizer que para cada aumento de R\$ 1,00 em Outras Transferências da União há uma diminuição de R\$ 0,04 nas Despesas Orçamentárias. Dos anos analisados, percebeu-se que apenas o ano de 2013 demonstrou uma relação significativa, porém inversa. Assim, houve uma diminuição nas despesas orçamentárias em um exercício subsequente às eleições municipais de 2012 e antecedente às eleições presidenciais de 2014.

Ainda com relação à análise das Despesas Orçamentárias (totais), não foram constatadas relações significativas com Outras Transferências do Estado e os fatores de ordem política (PT, PSDB, PSB, PFL_DEM, PDT, Outros Partidos, Esquerda, Mesmo do Governo, Mesmo do Presidente e Candidato à Reeleição). Ou seja, os fatores de ordem política não justificam o aumento das despesas orçamentárias municipais.

Para essas despesas totais pode-se entender que elas apresentam uma relação inversa com “Outras Transferências da União”, independentemente da participação das transferências do Estado, dos partidos e do ciclo eleitoral. Estes achados contrariam as evidências encontradas por Sakurai e Gremaud (2007), que evidenciaram a existência de aumentos da despesa ocorridos nos anos eleitorais, tendo como referência os anos imediatamente anteriores e os imediatamente posteriores, sugerindo assim um maior volume de recursos despendidos pelas prefeituras paulistas nos anos de estudo.

4.1.1. Relação entre Despesas Orçamentárias Classificadas por Natureza da Despesa e por Função, Calendário Eleitoral e Fatores de Ordem Política – Hipótese H1.

a) Por Natureza de Despesa

No setor público, as despesas orçamentárias podem ser classificadas no grupo chamado de “Natureza da Despesa” (Art.52, II, b, da Lei Complementar nº 101/2000), que indica os meios necessários à consecução dos objetivos programados por cada órgão e analisa os efeitos dos gastos públicos sobre a economia em termos globais, trazendo um reflexo patrimonial. Desse grupo foram utilizadas para este estudo apenas as Despesas com Investimento e as Despesas com Pessoal, conforme já abordadas por Vicente e Nascimento (2012), Oliveira e Carvalho (2009) e Sakurai e Gremaud (2007).



Pelos resultados apresentados em Despesas com Investimentos, constatou-se que eles possuem relação significativa com as Receitas Orçamentárias (prob. 0,00) e com as *dummies* dos anos de 2010 (0,0107), 2011 (0,0008) e 2012 (0,0016), sendo que todas essas variáveis influenciaram positivamente as Despesas com Investimentos. Isso significa dizer que para cada R\$ 1,00 de aumento nas receitas orçamentárias, as despesas com investimentos aumentam R\$ 0,08. Embora tais aumentos com investimentos possam ser observados no período de 2010 a 2012, eles não são regulares em cada ano.

O que pode ser verificado é que 2010 e 2012 são anos eleitorais, sendo para Presidente e Governador em 2010 e para Prefeitos em 2012. Esses anos influenciaram positivamente no aumento dos gastos com investimentos pelos prefeitos. Porém, não foram detectadas relações significativas com as variáveis que representam os fatores partidários. Essa influência verificada também foi sugerida no estudo realizado por Vicente e Nascimento (2012), em que apresentaram um aumento das despesas de investimentos em quase todos os anos do ciclo eleitoral.

No que concerne a Despesas com Pessoal, verificou-se a existência de influência significativa com relação inversa para as variáveis Candidato à Reeleição (0,0087) e as *dummies* dos anos (2009 a 2014). Porém, apresentou-se uma relação direta com Receitas Orçamentárias (0,0), Mesmo do Presidente (0,0997) e PSDB (0,0454).

A análise mostra que, no que se refere à variável Candidato à Reeleição, houve uma tendência na diminuição das despesas com pessoal quando o prefeito estava candidato à recondução ao cargo. Já no ponto referente ao prefeito ser do mesmo partido do Presidente da República ou também pertencer ao partido do PSDB, evidenciou-se uma tendência positiva em ambos com relação ao aumento das despesas com pessoal. No entanto, houve uma diminuição relativa nos gastos com pessoal ao longo do período analisado.

Ao contrário dos achados acima, Oliveira e Carvalho (2009) encontraram evidências significativas de impulsos positivos na despesa de pessoal dos municípios fluminenses para os anos de 2004 e 2006, além da coincidência partidária entre o prefeito e o presidente, com relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa uma redução dos gastos municipais, indicando o que eles denominaram ser uma “espécie de pacto de ajuste fiscal entre níveis de governos”.

b) Despesas por Função

Outra classificação das despesas abordada pelo orçamento brasileiro é a Por Função (Art.52, II, c, da Lei Complementar nº 101/2000). Foram utilizadas as Despesas com Previdência, Transporte, Urbanismo, Assistência Social, Saneamento, Saúde, Cultura, Educação, Legislativo, Agricultura e Habitação.

A variável dependente Despesas com Previdência, foi detectada a influência significativa com todas as variáveis independentes, sendo que as variáveis do Mesmo do Governo (0,0032), Mesmo do Presidente (0,0529), PFL_DEM (0,0168), PSDB (0,0399) e Receita Orçamentária (0,065) têm uma relação positiva, ou seja, tendem a influenciar no aumento de gastos com a previdência. Já as variáveis PT (0,0072), PSB (0,0244), PDT (0,0084) e as *dummies* dos anos apresentaram uma relação inversa.

Em Despesas com Transporte existe apenas a relação positiva com a variável Receita Orçamentária (0,0668). Para as variáveis Candidatos à Reeleição (0,0127), PDT (0,0049), PFL_DEM (0,0051) e todas as *dummies* de ano apresentaram relação inversa, ou seja, para cada variável identificada apresentou-se uma tendência à diminuição relativa dos gastos com Transportes ao longo do período analisado. Para as demais variáveis não foi constatada influência significativa. Para esses achados, Oliveira e Carvalho (2009) apresentaram constatações de uma redução em despesas com transporte ao longo do período analisado.

Nas Despesas com Urbanismo, foram constatadas influências de forma direta pelas variáveis Mesmo do Governo (0,021), Mesmo do Presidente (0,0279) e Receita Orçamentária (0,0643). De maneira



indireta as variáveis PDT (0,0279), PSB (0,0326) e PT (0,0047). Já as demais não apresentaram nenhuma relação significativa.

Apresentaram significância com as Despesas com Assistência Social, com relação direta, as variáveis Mesmo do Governo (0,092), PSDB (0,0334) e Receita Orçamentária (0,012). Porém, as variáveis Candidatos à Reeleição (0,0007) e PT (0,0018) apresentaram uma relação inversa. A interpretação possível para tais dados é de que na possibilidade de reeleição ou de pertencem ao partido do PT tendem a diminuir as despesas com assistência social, nessas duas condições das variáveis. Já o fato do prefeito pertencer ao mesmo partido do Governador do Estado ou ser do PSDB, isso tende a aumentar os gastos com a referida despesa, dentro do período analisado. Para as demais variáveis não foram encontradas significância que justificasse as variações nas despesas com assistência social.

As Despesas com Saneamento apresentaram significância com relação direta as variáveis Mesmo do Governo (0,0633) e Mesmo do Presidente (0,0939). As variáveis PSB (0,0881), PT (0,0837) e as *dummies* do ano apresentaram relação inversa. As receitas orçamentárias, para este caso, não apresentaram influência na destinação dos recursos para as despesas com saneamento. Para as Despesas com Saúde, apresentaram relação direta as variáveis Mesmo do Governo (0,0189), Mesmo do Presidente (0,0365), PSDB (0,0133) e Receita Orçamentária (0,0047). Para as variáveis Candidato à Reeleição (0,0621), PDT (0,044), PSB (0,0086) e PT (0,0039), foi constatado uma relação inversa. E as demais variáveis não apresentaram grau de significância. Pode-se perceber que há uma tendência ao aumento no gasto quando o prefeito pertence ao mesmo partido do presidente ou do governador.

Foi observado inicialmente as Despesas com Cultura, que apresentaram variáveis significativas com relação direta as Receitas Orçamentárias (0,1006), Mesmo do Governo (0,0432), Mesmo do Presidente (0,0588), DEM (0,0639) e PSDB (0,0316). As variáveis PDT (0,0102), PSB (0,0182) e PT (0,0764) apresentaram relação inversa ao longo do período analisado. As interpretações seguem a mesma lógica, porém, as Receitas Orçamentárias, que no geral as demais despesas são influenciadas por ela, ou seja, quanto maior a receita tenderá a ser maior a despesa, embora em alguns casos tenha sido observado uma relação inversa. Mas para o caso das Despesas com Cultura, verificou-se uma ligeira significância, visto que as variações na referida despesa sofrem pouca influência das receitas orçamentárias. Isso pode ser um indicativo de maior equilíbrio sobre as influências na hora de destinar as despesas com cultura.

A variável Despesas com Educação apresentou uma relação direta com as variáveis independentes Mesmo do Governo (0,0812), Mesmo do Presidente (0,0883), Receita Orçamentária (0,0344), PSDB (0,0119). Para as variáveis Candidato à Reeleição (0,0249), PSB (0,0175), PT (0,012), *dummies* dos anos 2010 (0,0882), 2013 (0,0956) e 2014 (0,0714), foram identificadas uma relação inversa. Pode-se observar que durante o período de eleição presidencial (2010 e 2014), houve uma tendência inversa na execução de despesas com educação. O mesmo pode ser observado no período de 2013. Para Oliveira e Carvalho (2009), esse tipo de despesa apresentou redução apenas no ano de 2002 e não houve mais evidência significativa de Ciclos Políticos. Porém, pode-se evidenciar que há uma tendência ao aumento no gasto com educação quando o prefeito pertence ao mesmo partido do presidente ou do governador.

Para as Despesas com o Legislativo, detectou-se as relações direta com Mesmo do Governo (0,0122), PSDB (0,0691) e Receita Orçamentária (0,0558). Para as variáveis Candidato à Reeleição (0,0628), PSB (0,0483) e PT (0,002) apresentaram uma relação inversa. No caso da despesa com o legislativo, em especial, houve uma relação direta significativa com as receitas orçamentárias, principalmente pelo fato da obrigatoriedade legal (art. 20, III, *a* da LRF) de 6% da Receita Corrente Líquida.

Observou-se ainda que as despesas com agricultura e habitação. Na variável Despesas com Agricultura alcançaram relação direta as variáveis independentes Candidatos à Reeleição (0,0828), Mesmo do Presidente (0,0167), PDT (0,039) e as *dummies* dos anos de 2010 (0,0366) a 2014, sendo a probabilidade de a partir de 2011 igual a 0,0 (zero). Com relação inversa apresentou-se as variáveis Mesmo do Governo



(0,0923), PSB (0,0262) e a *dummy* 2009 (0,0006). As demais variáveis mantiveram-se sem relação significativa. Verifica-se com os dados a influência durante o período analisado, com destaque para a tendência de diminuição com agricultura em 2009, ano após as eleições municipais de 2008. Já outro ponto a ser destacado é sobre a receita orçamentária não ter influenciado significativamente a execução desse tipo de despesa.

Para a variável Despesas com Habitação, constata-se que essa apresenta uma relação direta com Mesmo do Governo (0,0255) e Receita Orçamentária (0,0332). Tendo relação apresentam-se as variáveis Candidatos à Reeleição (0,0609), PDT (0,0028), PSB (0,0641), PT (0,0034) e a *dummy* do ano de 2014 (0,0924). Destaca-se o fato dos partidos que apresentaram relação inversa tenham sido de convicção filosófico-partidária de esquerda no período analisado, teoricamente mais voltados às questões sociais, entre elas a habitação. No entanto, uma possível explicação seja para o fato de que neste período os investimentos do Governo Federal nos municípios, com “Programas de Aceleração do Crescimento (PAC)” e “Minha Casa Minha Vida”, possam ter influência que explique o comportamento desse tipo de despesa, embora não esteja dentro do escopo das análises deste estudo, portanto, não se possa afirmar nada a respeito.

Quanto às despesas por função, Oliveira e Carvalho afirmaram que “os partidos de esquerda gastam mais em despesas com agricultura, habitação e urbanismo”. Nos resultados analisados com municípios pernambucanos, constatou-se o inverso da afirmação acima com relação às despesas com urbanismo, sendo o PSDB (direita) quem mais gastou com urbanismo e os partidos de esquerda analisados neste trabalho, o PT, PDT e PSB, diminuíram a referida despesa. Já nas despesas com agricultura, apenas o PDT teve aumento com esse tipo de gasto, diferentemente do PSB, que diminuiu. No que concerne à despesa com habitação, todos os partidos de esquerda diminuíram esse gasto. Já os demais não alcançaram influência significativa para uma análise.

Sobre o entendimento da primeira hipótese (H1), pelos resultados apresentados nas análises acima, verificou-se que as despesas orçamentárias (total, por natureza de despesa e por função) apresentaram variadas relações com os fatores de ordem política e eleitoral, reafirmando os achados de Bittencourt (2002) sobre o Ciclo Político, chamado por ele como ciclo-eleitoral, que via de regra se manifesta de maneira distinta nas despesas, dependendo do perfil dos gastos nelas envolvidas.

4.2. Relação entre Receitas Orçamentárias, Calendário Eleitoral e Fatores de Ordem Política – Hipótese H2.

Pôde-se evidenciar pela análise feita que a variável Receitas Orçamentárias possui uma relação significativa direta com as variáveis independentes Despesas Orçamentárias (0,0), Outras Transferências da União (0,0134) e a *dummy* do ano de 2013 (0,0717), apenas. Para as demais não foram detectadas influências político-partidárias, com outras transferências do Estado e as demais *dummies* do ano.

É compreensível a relação total de influência das despesas orçamentárias para a variável Receitas Orçamentárias, devido ao fato de haver na administração pública o princípio do equilíbrio orçamentário. Porém, quando se analisou no sentido inverso, ou seja, a influência das receitas sobre os vários tipos de despesas, em seções anteriores, verificou-se que em algumas variáveis de despesas sofreram influências diferentes (em probabilidades) das receitas orçamentárias ou não. Isto também se explica pelo fato da existência do princípio de “não afetação da receita”, em outras palavras, que não há vinculação da fonte das receitas com a respectiva natureza de despesa orçamentária.

Também ficou evidente a única influência da *dummy* do ano de 2013, antecedente às eleições presidenciais, terem influenciado muito mais do que o período eleitoral municipal. Coincide para esta análise o fato da influência das Outras Transferências da União na composição das receitas orçamentárias municipais, demonstrando uma forte evidência de maior influência na relação entre os municípios e o Governo Federal, independentemente de partidos.



Para a segunda hipótese (H2), identificou-se que as receitas orçamentárias apresentaram relação estatisticamente significativa apenas com as despesas orçamentárias e outras transferências da União, não tendo nenhuma outra influência por ordem político-partidária ou com o calendário eleitoral. Confrontando os achados, têm-se Bittencourt (2002) afirmando que através das transferências de recursos os governantes podem expressar uma possível afinidade ideológica ou partidária existente, disponibilizando com isso mais recursos que permitem ampliar os gastos em níveis subnacionais de governo, ou seja, uma política fiscal mais expansiva. Porém percebe-se uma contraposição com o estudo realizado por Nakaguma e Bender (2010), tendo seus resultados evidenciaram a presença de Ciclos Políticos bem definidos, tanto nas receitas quanto nas despesas orçamentárias, caracterizados por fortes elevações durante os anos eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais.

4.3. Relação entre a variação das variáveis orçamentárias com a possibilidade de recondução através da reeleição – Hipótese H3

Para os resultados apresentados na análise, ficou evidente que as variáveis dependentes Despesas Orçamentária, Despesas com Investimentos, Despesas com Urbanismo, Despesas com Saneamento, Despesas com Cultura e Receitas Orçamentárias não foram influenciadas pela possibilidade de recondução descrita na variável independente Candidato à Reeleição.

A variável dependente Despesas com Agricultura foi a única que apresentou uma relação positiva com Candidato à Reeleição, prob. 0,0828. Uma possível explicação para essa relação consiste de que uma parcela significativa dos municípios pernambucanos estão localizados geograficamente em áreas que favorecem a agricultura (seja de subsistência ou de produção em escala) como economia predominante.

Porém, para as variáveis dependentes Despesas com Previdência (0,0863), Transportes (0,0127), Assistência Social (0,0007), Saúde (0,0621), Educação (0,0249), Legislativo (0,0628), Habitação (0,0609) e com Pessoal (0,0087), todas elas sofreram influência com relação inversa sobre a possibilidade de reeleição dos prefeitos, ou seja, eles apresentaram maior tendência à diminuição dessas despesas na possibilidade de recondução ao mandato.

No que se refere à terceira hipótese (H3), Mendes (2004) mostra que a probabilidade da reeleição de um prefeito será uma função direta da despesa de município e das transferências adicionais por ele obtidas. Assim, verificou-se na análise que não houve influência da variável Candidatos à Reeleição sobre o total das despesas orçamentárias. Ou seja, a destinação das despesas orçamentárias totais não segue uma tendência a aumento ou diminuição na possibilidade de recondução do prefeito ao cargo. A mesma evidência se aplica aos achados sobre as despesas com investimentos, urbanismo, cultura e as receitas orçamentárias.

Conforme Schuknecht (1998), as despesas com investimentos são bem vistas pelos eleitores. Mas os achados deste estudo evidenciaram uma ausência de influência da variável referente à reeleição, contradizendo o estudo realizado por Vicente e Nascimento (2012), que sugeriram um aumento das despesas de investimentos em quase todos os anos do ciclo eleitoral, exercendo influência positiva na recondução do governante ou de seus aliados políticos. Uma possível explicação para as despesas com agricultura consiste de que uma parcela significativa dos municípios pernambucanos estão localizados geograficamente em áreas que favorecem a agricultura (seja de subsistência ou de produção em escala) como economia predominante.

Para as demais variáveis, foram apresentados comportamentos sob influência significativa tendendo à redução, na possibilidade de reeleição do prefeito.

5. CONCLUSÃO



Este estudo teve como objetivo analisar as relações que podem surgir a partir da execução orçamentária e o comportamento cíclico-eleitoral da gestão dos prefeitos dos municípios pernambucanos entre os anos de 2008 a 2014.

Para tal, foram levantadas as seguintes hipóteses: H1: Existe uma relação entre as despesas orçamentárias dos municípios pernambucanos com os fatores de ordem política, levando em consideração a vigência do calendário das eleições municipais; H2: Existe uma relação entre receitas orçamentárias dos municípios pernambucanos com fatores de ordem política, levando em consideração a vigência do calendário das eleições municipais; e H3: Existe relação entre as variáveis orçamentárias com a possibilidade de recondução através da reeleição.

Para a primeira hipótese, pelos resultados apresentados nas análises contidas na seção 4, verificou-se que as despesas orçamentárias analisadas (total, por natureza de despesa e por função) apresentaram variadas relações com os fatores de ordem política e eleitoral, reafirmando os achados de Bittencourt (2002) sobre o Ciclo Político, chamado por ele como ciclo-eleitoral, que via de regra se manifesta de maneira distinta nas despesas, dependendo do perfil dos gastos nelas envolvidas.

Com relação à segunda hipótese, identificou-se que as receitas orçamentárias apresentaram relação estatisticamente significativa com impulsos positivos apenas com as despesas orçamentárias e outras transferências da União, não tendo nenhuma outra influência com as demais variáveis, entre elas, as que expressam maior explicação dos fatores de ordem político-partidários ou com o calendário eleitoral. Ao comparar a influência das Outras Transferências advindas da União no comportamento das receitas municipais, os achados reafirmam as conclusões de Bittencourt (2002), quando ele menciona que através das transferências de recursos os governantes podem disponibilizar mais recursos que permitem ampliar os gastos em níveis subnacionais de governo, ou seja, uma política fiscal mais expansiva. No entanto, houve uma divergência com Nakaguma e Bender (2010), que afirmaram a presença de Ciclos Políticos bem definidos, caracterizados por fortes elevações durante os anos eleitorais e quedas acentuadas durante os anos pós-eleitorais.

No que se refere à terceira e última hipótese, ficou evidenciado que não houve influência da variável Candidatos à Reeleição sobre as despesas orçamentárias totais, com investimentos, urbanismo, saneamento, cultura e as receitas orçamentárias. Elas não seguiram uma tendência para aumento ou diminuição na possibilidade de recondução do prefeito ao cargo. Porém, para a maioria dos grupos de despesas observou-se que há uma influência da variável Candidatos à Reeleição sobre seus comportamentos. Houve tendência ao aumento, em específico, para as despesas com a agricultura. No entanto, para a maioria das demais despesas, como Previdência, Transportes, Assistência Social, Saúde, Educação, Legislativo, Habitação e com Pessoal, houve uma tendência à redução na possibilidade de recondução do prefeito ao cargo eletivo.

Com base nesses resultados, conclui-se que os prefeitos pernambucanos demonstraram sofrer influência dos aspectos político-partidários sobre a decisão de alocar as despesas públicas municipais, observando-se de diversas formas em termos de significância estatística e de proporcionalidade (inversa ou diretamente). Essa influência ficou ainda mais evidente quando da possibilidade de reeleição do gestor, apresentando-se uma tendência à diminuição desses gastos na maior parte dos grupos de despesas. Especificamente sobre as receitas, embora os fatores políticos e eleitorais não tenham ficado evidentes estatisticamente sobre o comportamento desse tipo de variável, houve participação efetiva da variável Outras Transferências da União, indicando uma possível atuação do Governo Federal nas relações com as prefeituras e a participação determinante na composição das receitas municipais.

Como sugestão para futuras pesquisas, uma abordagem do estudo dos Ciclos Políticos sobre a influência das variáveis orçamentárias e político-eleitorais, conforme abordado neste estudo, sob o enfoque estadual, comparando os governos estaduais nordestinos, dentro do mesmo escopo temporal ou maior.



REFERÊNCIAS

- BALEEIRO, A. **Uma Introdução à Ciência das Finanças**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- BITTENCOURT J.L. **Evidências de Ciclo Político na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais - 1983/2000**. 2002. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3394>>. Acesso: 03 fev. 2016.
- COSSIO, F A B. **O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos**. *Economia*, v. 2, n. 1, p. 207-258, 2001. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/anp/econom/v2y2001i1p207-258.html>>. Acesso: 02 fev. 2016.
- FERREIRA, Ivan F. S.; BUGARIN, Mauricio S. **Transferências voluntárias e Ciclo Político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro**. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2007, vol.61, n.3, pp. 271-300. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v61n3/a01v61n3.pdf>>. Acesso: 05 jan. 2016.
- GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares; FENOLIO, Fernando Roberto. **Ciclos eleitorais e política monetária: evidências para o Brasil**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4091/1/PPE_v37_n03_Ciclos.pdf>. Acesso: 22 dez. 2015.
- KLOMP, Jeroen; HAAN, Jakob de. **Conditional Election and Partisan Cycles in Government Support to the Agricultural Sector: An Empirical Analysis**. *American Journal of Agricultural Economics Advance Access*, published May 15, 2013. Disponível em <<http://ajae.oxfordjournals.org/>> Acesso: 15 dez. 2015.
- MENDES, M. J. (2004). **Federalismo fiscal e crescimento do governo: Evidências eleitorais para o Brasil**. In *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia*, João Pessoa. ANPEC. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/232503/Mendes.pdf>>. Acesso: 21 dez. 2015.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. **A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre Ciclos Políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002)**. *Economia aplicada*, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n3/a05v10n3.pdf>>. Acesso: 10 fev. 2016.
- NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. **Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro**. *RBE Rio de Janeiro* v. 64 n. 1 / p. 3-24 Jan-Mar 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v64n1/a01v64n1.pdf>>. Acesso: 17 dez. 2015.
- NORDHAUS, William D. The political business cycle. **The review of economic studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2296528>>. Acesso: 15 dez. 2015.
- OLIVEIRA, Kleber Vasconcellos; CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo. **A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 3, n. 5, p. 121-141, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34735/0>>. Acesso: 23 nov. 2015.
- PEDERIVA, João Henrique; MARCELINO, Daniel; RENNÓ, Lucio. **A Conexão Orçamentária: Representação Política, Orçamento Público e Qualidade da Democracia no Brasil e na Argentina**. Disponível em: <http://paperroom.ipso.org/papers/paper_3352.pdf>. Acesso: 20 jan. 2016.
- PETTERSSON-LIDBOM, Per. **A Test of the Rational Electoral-Cycle Hypothesis**. Disponível em: <http://www.ne.su.se/polopoly_fs/1.214876.1418655695!/menu/standard/file/cycle.pdf>. Acesso: 17 dez. 2015.



- PREUSSLER, A. P. S.; PORTUGAL, M. S. **Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil**. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10740>>. Acesso: 13 jan. 2016.
- QUEIROZ, Dimas Barrêto et al. **Composição do Gasto Público e Resultados Eleitorais: Um Estudo nos Municípios Paraibanos no Ano de 2012**. *Registro Contábil*, v. 6, n. 3, p. 38-55, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/1577>>. Acesso: 21 dez. 2016.
- ROGOFF, Kenneth. **Equilibrium political budget cycles**. National Bureau of Economic Research, 1987. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w2428.pdf>>. Acesso: 25 jan. 2016.
- SAKURAI, Sergio Naruhiko; GREMAUD, Amaury Patrick. **Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001)**. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v11n1/02.pdf>>. Acesso: 27 dez. 2015.
- SALVATO, Márcio Antônio et al. **Ciclos Políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006**. IBMEC. Texto para discussão, n. 42, 2007. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/GIACOMO/arquivos/eco02237/salvato-antunes-araujojr-2007.pdf>>. Acesso: 20 jan. 2016.
- SCHUKNECHT, Ludger. **Fiscal Policy Cycles and Public Expenditure in Developing Countries**. *Public Choice*, v. 102, n. 1-2, p. 113-128, 2000. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1023/A:1005026806998#page-1>>. Acesso: 18 dez. 2015.
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, STN. Ministério da Fazenda. **FINBRA – Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios: Contas Anuais**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acesso: 15 dez. 2016.
- SHI, M.; SVENSSON, J. **Political budget cycles: do they differ across countries and why?** *Journal of Public Economics*. v. 90, p. 1367-1389, 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S004727270500143X>>. Acesso: 15 dez. 2016.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso: 28 dez. 2015.
- VASCONCELOS, Rafael Divino de; FERREIRA JÚNIOR, Sílvio; NOGUEIRA JUNIOR, Reginaldo Pinto. **A dinâmica da execução orçamentária federal do Brasil sob a ótica dos Ciclos Políticos eleitorais, 1985-2010**. *Economia Aplicada*, v. 17, n. 3, p. 325-354, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v17n3/a05v17n3.pdf>>. Acesso: 11 fev. 2016.
- VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **A Efetividade dos Ciclos Políticos Nos Municípios Brasileiros: Um Enfoque Contábil**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/download/45402/49014>>. Acesso: 03 jan. 2016.